



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA EXECUTIVA
Reunião Plenária Ordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

Data: 17 de dezembro de 2020

Local: Plataforma *Teams*, por videoconferência.

Secretaria Executiva

- Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador da CRHi;

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado:

- Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo da SIMA;
- Amauri G. A. Silva, representando a Secretaria do Governo;
- Ademir Cleto de Oliveira, representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Jose Luiz Fontes; representando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Luís Sérgio Ozório Valentim, representando a Secretaria da Saúde;
- Juan Tarsis Gimenes de Almeida, representando a Secretaria de Logística e Transportes;
- Patrícia Ellen da Silva, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Bruna Helena S. T. de Barros;
- Antônio C. Rizeque Malufe, Secretário Executivo da Casa Civil;
- Luis Fernando M. M. Cavalheiro, representando a Secretaria da Fazenda e Planejamento;
- Sergio Luiz Damiani, representando a Secretaria da Educação.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Nilson Oliveira Bispo, representando a P.M. de Santo André
- Claudio Sirim, representando a P.M. de Campos do Jordão;
- Marcio Ragni, representando a P.M. de Ilha Comprida;
- Wilson Portella, representando a P.M. de Presidente Prudente;
- Cefas Barrena, representando a P.M. de Boraceia;
- Marcio Antônio Ferreira, representando a P.M. de Mogi Guaçu;
- José Vicente Alamino de Moura, representando a P.M. de Tatuí
- Paulo Tinel, representando a P.M. de Campinas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

38 **Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:**

- 39 ● Anícia Aparecida Baptistello Pio, FIESP e Jorge Rocco, CIESP;
- 40 ● André Elia Neto, UNICA e Elaine Ap. Maduro Costa, ABAG/RP;
- 41 ● Adriana Menezes da Silva, FAESP;
- 42 ● Hugo Marcos Piffer Leme, ASSEMAE;
- 43 ● Giuliano Vito Dragone e Giuliana Talamini, ABCON;
- 44 ● Carlos Eduardo Q. Giampá, ABAS e Edson de Souza Pinto, SINTAEMA;
- 45 ● Márcio Gonçalves de Oliveira e Ricardo Ribeiro F. da Silva, ABES;
- 46 ● Mateus Delatim Simonato, ABGE e Ester Feche Guimarães, AESabesp;
- 47 ● Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, SOS Mata Atlântica;
- 48 ● Cláudio Bedran, Instituto Ambiental Planeta Verde;

49

50 **Convidados com direito a voz:**

- 51 ● Ivan Carneiro, Ministério Público Estadual;
- 52 ● Antônio Cezar Leal, UNESP;
- 53 ● Carlos Roberto dos Santos, CETESB;
- 54 ● Gisele Novack Diana, PGE;
- 55 ● Flavia Scarpinella Bueno, OAB/SP.

56

57 **Representantes dos Comitês e das Agências de Bacias Hidrográficas:**

- 58 ● David Franco Ayub e Priscila Silvério S. - CBH ALPA;
- 59 ● Denis E. Araújo - CBH AP;
- 60 ● Luiz Fernando Carneseca e Amauri Pollachi - CBH AT;
- 61 ● Sidney Felix Caetano - CBH BS;
- 62 ● Luiz Otávio Manfré - CBH BT;
- 63 ● Jociani Debeni Festa - CBH LN;
- 64 ● Luiz Roberto Moretti - CBH PCJ;
- 65 ● Sandro Selmo - CBH PP;
- 66 ● Gisele Camargo Rose e Edilson - CBH PS;
- 67 ● Nei A. Ykeda - CBH RB;
- 68 ● Lucíola G. Ribeiro - CBH-SJD;
- 69 ● Jorge Augusto de Carvalho Santos - SMG;
- 70 ● Jodhi Jefferson Allonso - CBH-SMT;
- 71 ● Erica Tognetti - CBH-TJ;
- 72 ● Hélio C. Suleiman -FABHAT;
- 73 ● Vanessa Longato, Lívia Modolo, Patrícia Barufaldi - Agência PCJ;
- 74 ● Natália Zanetti - FABHSMT



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

75 **1. ABERTURA.**

76
77 Flávia Braga Rodrigues, representante do DAIC/CRHi, apresentou considerações
78 acerca das regras a serem adotadas nesta reunião virtual por meio da plataforma
79 Microsoft *Teams*. A seguir, leu a pauta dos temas que serão postos em discussão.
80 Após constatado o quórum regimental, Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo
81 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, representando o
82 Presidente do CRH, Marcos Rodrigues Penido, agradeceu a presença de todos e
83 deu por aberta a reunião.

84

85 **2. APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 01/12/2020.**

86

87 Após dispensada sua leitura, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

88

89 **3. COMUNICAÇÕES**

90

91 Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH, comunicou que a consulta pública
92 realizada entre 15 de outubro e 15 de novembro de 2020, referente ao Plano
93 Estadual de Recursos Hídricos-PERH período 2020-2023, resultou no recebimento
94 de 154 contribuições, com destaque para três aportes: Inclusão de
95 monitoramento hidrossedimentológico em todas as unidades de gerenciamento
96 do estado; Destaque para que os Planos Municipais de Saneamento Básico
97 possam internalizar as metas e ações definidas nos PBHs; Aprofundamento de
98 estudos que possibilitem o uso de indicadores para doenças de veiculação hídrica.
99 As demais contribuições que não puderam ser incorporadas nos respectivos
100 capítulos do Plano foram explicitadas no anexo "lacunas de conhecimento". A
101 seguir, o Coordenador informou que neste momento estão sendo encerrados os
102 trabalhos do PERH 2020-2023, que hoje será apresentado a todos os
103 Conselheiros. Caberá, ainda, a aprovação do Plano de Ação e do Programa de
104 Investimentos para o mesmo quadriênio acima citado, conforme estabelecido
105 pela legislação. Rui Brasil informou a todos que será revista e fundida a
106 deliberação 146/2012, que trata do conteúdo dos Planos de Bacias Hidrográficas
107 e Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, com a deliberação 188/2016, que
108 aborda os calendários dos planos de bacias. Será atualizada, também, a
109 deliberação 190/2016, que trata dos Programas de Duração Continuada – PDCs.
110 Estima-se que as discussões sejam realizadas em breve para que possam ser
111 deliberadas pelo Plenário no início de 2021. Outra deliberação a ser revisada, e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

112 que demanda uma simplificação em sua operacionalização para o próximo ano, é
113 a 147/2012, que trata dos critérios de distribuição dos recursos da compensação
114 financeira.

115

116 **4. APRESENTAÇÕES:**

117

118 **4.1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PERH 2020-23, DADOS DA**
119 **CONSULTA PÚBLICA E PRODUTOS FINAIS DA CONTRATAÇÃO DE**
120 **SUBSÍDIOS TÉCNICOS:**

121

122 Em sua apresentação, Luiz Werneck, coordenador técnico da equipe de
123 consultoria contratada, representando a COBRAPE, mencionou que a elaboração
124 do PERH foi um processo exitoso, envolvendo diversos atores do sistema. A
125 metodologia usada deu-se por meio de reuniões quinzenais de acompanhamento
126 por um grupo de trabalho composto por representantes do DAEE, SIMA e CETESB,
127 que subsidiou a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023.
128 O PERH está na sua sétima revisão e, em processo de melhoria contínua,
129 obedecendo sempre os regramentos voltados para as boas práticas em gestão.
130 Lembrou que na consulta pública foram recebidas 154 contribuições de 23
131 participantes, sendo 12 de representantes de colegiados do SIGRH. Todas as
132 contribuições foram analisadas e, quando possível, foram integradas ao Plano.
133 Luiz Henrique Werneck ressaltou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos
134 contém diversos capítulos, dentre os quais, o Diagnóstico Síntese; o Prognóstico;
135 os Insumos do PERH; o Plano de Ação e Programa de Investimentos-PAPI; além
136 do Sumário Executivo. Dentre as inovações implementadas estão: A modelagem
137 quali-quantitativa utilizando 3.074 ottobacias como recorte territorial;
138 modelagem inédita da qualidade da água na bacia do Rio Tietê; o estudo das
139 relações entre as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS e
140 os objetivos estratégicos do Estado de São Paulo, tendo a água como elemento
141 central para a sua efetivação; as projeções probabilísticas de uso e cobertura da
142 terra até 2050; a relação de lacunas de conhecimento, necessárias para
143 aprimorar a gestão hídrica no estado; e o mapeamento de conflitos pelo uso da
144 água. Foram analisados os temas críticos por regiões, em áreas como a
145 disponibilidade hídrica versus demanda; as inundações; as águas subterrâneas;
146 a erosão e o assoreamento, com sua evolução ao longo dos anos. Em termos de
147 diagnóstico, segundo análise realizada pela COBRAPE e confirmação pelo grupo
148 de acompanhamento, há diversas áreas intensamente antropizadas no Estado de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

149 São Paulo, alteradas em virtude da ação humana em uma determinada
150 localidade. As porções oeste e central do estado são predominantemente
151 agrícolas e de pastagens, com poucos remanescentes de vegetação nativa e com
152 maior disponibilidade de água, porém, com menor concentração populacional. As
153 áreas leste e litorânea concentram a maioria das áreas urbanas, com grandes
154 reservas de vegetação nativa, tendo a maior população, fato este que induz a
155 uma disponibilidade hídrica classificada como em estado de alerta ou crítica.
156 Outro ponto muito importante levantado pelo coordenador técnico trata-se da
157 elevada quantidade de cidades paulistas com elevados índices de perdas em seus
158 sistemas de abastecimento de água, fato que precisa ser urgentemente
159 solucionado. Foi citada a necessidade de se universalizar a coleta de esgotos,
160 adequando os sistemas tradicionais de tratamento de esgoto à demanda
161 crescente com o decorrer dos anos. Para diminuir a criticidade hídrica, várias
162 ações em prol do aperfeiçoamento da gestão em recursos hídricos foram
163 propostas, dentre elas estão os aprimoramentos na cobrança pelo uso da água,
164 com a revisão dos valores; a implantação da cobrança pelo uso rural; os estudos
165 de reenquadramento dos corpos d'água em classes de qualidade; as outorgas de
166 direitos de uso; e os Planos de Recursos Hídricos e os Relatórios de Situação,
167 aumentando a correlação do PERH com o PPA. Também foram apresentadas
168 recomendações concernentes ao monitoramento quali-quantitativo dos recursos
169 hídricos, aprimorando as redes de monitoramento de águas superficiais e
170 subterrâneas, bem como a integração dos bancos de dados do DAEE e CETESB.
171 Considerou-se, ainda, a melhoria realizada nos limites das UGRHIs, uma vez que
172 o DAEE, mediante metucioso estudo, possibilitou a redefinição das demarcações,
173 eliminando ou diminuindo possíveis distorções, tal como foi estipulado na
174 deliberação CRH 228/2019. Sobre o Plano de Ação e Programa de Investimentos-
175 PAPI, foi ponderada a aproximação da área de recursos hídricos com a realidade
176 setorial das entidades que integram o SIGRH, por meio do vínculo entre PPA,
177 PAPI e PERH. A seguir, abordou-se a estruturação realizada deste mesmo Plano
178 de Ação e Programas de Investimentos em oito PDCs, com ênfase no de número
179 3 – Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas e no número 6 –
180 Aproveitamento dos Recursos Hídricos. Ao final, foram mencionadas as lacunas
181 de conhecimento, que são tópicos para desenvolvimento futuro, e que foram
182 detectadas ao longo da elaboração do PERH. Dentre estas lacunas, citou-se os
183 temas referentes às áreas degradadas; mudança climática e eventos externos;
184 qualidade das águas e balanço hídrico, dentre outros. Finda a apresentação, o
185 Presidente abriu a palavra para a manifestação do Plenário. Ester Feche



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

186 (AESabesp) parabenizou pelo trabalho e informou que foi criada uma junta
187 técnica de professores para avaliação dos documentos, tendo sido as
188 contribuições recebidas, de fato, inseridas neste relatório apresentado por Luiz
189 Werneck, contribuindo para uma melhor gestão hídrica no estado de São Paulo.
190 A seguir, Ester teceu comentários acerca das metas definidas no marco
191 regulatório do saneamento enfatizando que foi estabelecido o ano de 2033 como
192 o período alvo para universalização; entretanto, há certa flexibilização para que
193 os municípios que não tenham viabilidade econômico-financeira posterguem este
194 prazo até 2040. Ao final, a representante da AESabesp solicitou que esta ressalva
195 fosse registrada para que a informação seja utilizada pela CRHi no momento que
196 julgar oportuno. Werneck esclareceu que estas premissas foram definidas muito
197 antes do referido Projeto de Lei, mas que não deverá haver incompatibilidade e
198 conflitos com a informação, sobretudo no Plano Estadual de Saneamento Básico
199 - PESB. O Dr. Ivan Carneiro Castanheiro (Ministério Público) também parabenizou
200 pelo trabalho, dizendo que muitos aspectos têm sido caracterizados como uma
201 luta do Ministério Público, sobretudo na integração entre a qualidade e a
202 quantidade da água, em todo o seu conjunto. A seguir, o Dr. Ivan indagou se
203 haveria recursos para implantar o tratamento terciário nas Estações de
204 Tratamento de Esgoto-ETEs. Werneck respondeu que, de fato, há grande
205 preocupação com a integração quanti-qualitativa da água como instrumento de
206 planejamento bem como a melhoria de eficiência das ETEs e que já estão
207 previstos em alguns projetos no PAPI, ações a serem realizadas para o interstício
208 entre 2020 e 2023. O Secretário Executivo do CRH complementou dizendo que,
209 atualmente, não é possível inserir tratamento terciário como política
210 generalizada, até porque não foi possível, até então, superar o tratamento
211 secundário de forma massiva e completa. Márcio Gonçalves de Oliveira (ABES)
212 cumprimentou a todos os envolvidos pelos trabalhos e considerou que,
213 evidentemente, a demanda por saneamento é muito grande e que deve ser
214 atendida em um curto espaço de tempo, ressaltando que a questão dos resíduos
215 sólidos e da economia circular podem possibilitar futuramente, no circuito do
216 saneamento básico, uma melhor gestão destes recursos evitando uma
217 contaminação das águas. Cláudio Bedran (Instituto Planeta Verde) solicitou
218 providências junto ao Ministério Público no combate aos loteamentos clandestinos
219 situados ao redor do reservatório Billings na RMSP. O Secretário Executivo do
220 CRH disse que o tema dos resíduos sólidos está no foco das preocupações da
221 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, e sempre deverá se buscar
222 a relação direta destes resíduos junto aos recursos hídricos quando na tomada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

223 de decisões sobre este tema. Werneck disse que o PERH abrange o Estado todo,
224 mas considera as particularidades existentes, lembrando que o plano da
225 macrometrópole paulista foi o primeiro a considerar a necessidade de se integrar
226 as UGRHIs; posteriormente, ponderou que realmente é difícil lutar e reverter o
227 fenômeno das ocupações irregulares. Na sequência, o Dr. Ivan advertiu que o
228 Ministério Público propôs diversas ações civis públicas que obtiveram êxitos na
229 região da Billings, ao mesmo tempo, reconheceu que se trata de um problema
230 crônico, resultante, entre outros fatores, da fiscalização e do uso inadequado do
231 solo, mas os programas de regularização fundiária urbana estão na rota em busca
232 de uma resolução para o assunto, sem deixar de lado instrumentos legais
233 específicos para esta situação. Rui Brasil Assis ressaltou o grande quórum nesta
234 reunião e parabenizou a todos os agentes envolvidos, mas muito especialmente,
235 à dedicação do grupo de acompanhamento e dos membros da COBRAPE na
236 elaboração do PERH.

237

238 **4.2. PROGRAMA CAPACITA-SIGRH: CONCEPÇÃO, AÇÕES EM ANDAMENTO**
239 **E PROGRAMADAS.**

240

241 Iara Bueno Giacomini (DPG/CRHi) apresentou a proposta para o Programa
242 Plurianual de Capacitação em Recursos Hídricos - CAPACITA-SIGRH - o qual foi
243 instituído pela Deliberação CRH nº214/2018, em decorrência das metas
244 obrigatórias previstas no programa PROGESTÃO-ANA. Por intermédio da
245 CRHi/SIMA, são oferecidos cursos de capacitação em temas afetos à gestão dos
246 recursos hídricos para todos os entes do SIGRH. As verbas provenientes da ANA,
247 referentes ao ciclo 1, foram direcionadas para a reestruturação do Fehidro em
248 2015, sendo que os valores das certificações 2 e 3 foram direcionados ao
249 CAPACITA-SIGRH conforme estipulou a deliberação 214/2018. Diversos cursos
250 estão em fase de desenvolvimento e em execução pelo SENAC, no valor total de
251 R\$ 54,3 mil. Para 2021, alguns cursos foram realocados, devido ao advento da
252 epidemia do COVID-19, envolvendo a FUMEP e o IPT, em um total de 7 cursos,
253 com a somatória aproximada de R\$ 1, 5 milhão de reais. Há uma proposta de se
254 contratar o SENAC, também para o próximo ano, para produção de cadernos de
255 educação hídrica juntamente com vídeos informativos em interface EaD, além de
256 cursos instrumentais com o valor aproximado de R\$ 912 mil. Em 2022 planeja-
257 se repetir alguns programas que tiveram uma resposta muito positiva neste ano
258 de 2020, bem como a inclusão de novos cursos em parceria com a FUMEP,
259 CETESB e SENAC. Para 2023 e 2024 pretendemos oferecer cursos focados mais



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

260 na área técnica, face aos desafios atuais que enfrentamos, porém os programas
261 ainda estão em fase de elaboração. O Coordenador da CRHi e Secretário
262 Executivo do CRH enfatizou que sempre há um trabalho intenso na busca de
263 cursos com maior demanda e informou que há disponibilidade para sugerirem
264 novos programas a serem ofertados no futuro.

265

266 **5. DELIBERAÇÕES:**

267

268 **5.1. Deliberação CRH nº 241: Indica ao FEHIDRO empreendimentos de**
269 **interesse estadual propostos pelo CORHI para o exercício de 2020.**

270

271 A Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes, com pequenas
272 alterações na minuta original enviada previamente aos Conselheiros, devido à
273 recente reunião do COFEHIDRO que alterou as regras de distribuição dos
274 recursos. Isto ocorreu devido à recente lei nº 17.293/2020, que obriga o
275 direcionamento de residuais financeiros, ao final do exercício, à Conta Única do
276 Tesouro do Estado de São Paulo, e com a alteração proposta, os recursos poderão
277 ser direcionados para aplicação em empreendimentos no exercício vigente. Isto
278 posto, Rui Brasil informou que estes recursos estão sendo aplicados via CORHI,
279 no montante de R\$ 2.194.137,30, além de mais R\$ 15.905.862,70 decorrentes
280 de resíduos de contratos concluídos e devolvidos à conta geral do Fehidro.
281 Apresentou-se uma proposta contendo quatro empreendimentos, descritos no
282 anexo I, tendo como tomadores a CETESB e o DAEE, e o aditivo a um
283 empreendimento já contratado no início de 2020, tendo a SIMA/CSAN como
284 tomadora para a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico - PESB,
285 conforme estipulado no anexo II.

286

287 **5.2. Deliberação CRH nº 242: Aprova o relatório sobre a Situação dos**
288 **Recursos Hídricos no Estado de São Paulo - ano base 2019.**

289

290 A Deliberação foi aprovada por unanimidade. Rui Brasil comentou que este
291 documento decorre de obrigação legal, e deve ser apresentado anualmente.
292 Apesar de todas as dificuldades do ano, todos os Comitês do estado, com uma
293 única exceção, conseguiram aprovar seus respectivos Relatórios de Situação das
294 Bacias. Renata Cristina Oliveira e Ricardo Luiz Mangabeira (DPG-CRHi)
295 apresentaram o relatório informando que o documento está estruturado em três
296 partes: Situação dos recursos hídricos; Acompanhamento da execução do PERH



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

297 2016-2019; e considerações sobre a política de recursos hídricos. Sobre aspectos
298 da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, a vazão outorgada de água nos
299 rios estaduais e aquíferos é de 411,2 m³/s, e nos rios de domínio da União, exceto
300 PCJ, é de 46,4 m³/s. A qualidade das águas superficiais monitoradas pela CETESB
301 com os dados de 2019 apresentam o IQA com 477 pontos, os quais indicam uma
302 condição boa, no geral, para o estado. Quanto ao IET, de forma geral, houve
303 aumento nos pontos eutrofizados em comparação ao ano base 2018. Em relação
304 às praias litorâneas, houve o monitoramento em 174 pontos, sendo que o
305 percentual de praias próprias para o uso registraram um aumento em relação ao
306 ano anterior. Com respeito à qualidade das águas subterrâneas, houve o
307 monitoramento em 309 pontos, registrando a condição definida como regular,
308 desde o ano de 2016, porém, o que desperta maior preocupação vem sendo a
309 contaminação e concentração de nitrato nestas águas. Conforme medição da
310 CETESB, em 2019, 3 pontos registraram desconformidade deste parâmetro
311 quanto ao nitrato. No esgotamento foram geradas 2.379 toneladas/dia de carga
312 poluidora, demonstrando uma redução de aproximadamente 55% da carga
313 potencial. Ao abordar o esgotamento sanitário, o ICTEM indicou que a maior parte
314 dos municípios apresentou boas notas, acima de 7,5. Os destaques negativos
315 foram Guarulhos, Itaquaquecetuba, Bauru e Marília que contaram com notas
316 baixas em virtude de elevadas cargas remanescentes. Sobre o PERH, Ricardo
317 Mangabeira informou que no período 2016-2019, foram registradas 104 ações
318 propostas sendo que o DAEE lidera o ranking de proposituras, principalmente com
319 ações de bases técnicas para os recursos hídricos bem como na ampliação da
320 rede de monitoramento quantitativo. Em seguida, a Secretaria de Agricultura e
321 Abastecimento ocupa o segundo lugar neste ranking onde houve o total de oito
322 ações dentro do PDC 4 referentes à proteção dos corpos d'água, recuperação de
323 nascentes e matas ciliares. A SIMA ocupa o terceiro posto nesta lista. Ricardo
324 informou que estas 104 ações descritas no PERH resultaram em uma previsão de
325 desembolso de R\$ 16,1 bilhões de reais. Após quatro anos de acompanhamento
326 do Plano, a execução média física é de 69,96%, com destaque nos PDCs 3 e 6.
327 Com relação à execução das metas financeiras, a média registrada foi de 68,89%,
328 sendo que os PDCs 2 e 7 tiveram maior representatividade nestes dados. As ações
329 do Plano estão de certa forma correlacionadas com os Objetivos de
330 Desenvolvimento Sustentável-ODS, com destaque para a entidade SABESP, em
331 relação direta com os PDCs e ODSs 3 e 6. O DAEE apresentou varias ações no
332 PERH em praticamente todos os PDCs, exceto o 5, e nos ODS 3, 6 e 11. A
333 Secretaria de Logística e Transportes teve ações classificadas nos PDCs 4, 5 e 6



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

334 e os ODS 6, 9 e 11. A seguir, Ricardo informou que o CRH realizou 14 reuniões
335 no período 2014-2019, emitindo 72 deliberações. Os CBHs, em 2019, realizaram
336 3 reuniões e 14 deliberações, em média no ano. Houve um acréscimo no número
337 de outorgas emitidas pelo DAEE, bem como na expressiva evolução na cobrança
338 pelo uso da água, acumulando o total de R\$ 729 milhões de reais arrecadados
339 até 2019. Considerando todos os colegiados, o investimento total nos Programas
340 de Duração Continuada, sobretudo nos 3 e 5, foi de R\$ 3,7 bilhões no período
341 compreendido entre 2016-2019. Carlos Roberto dos Santos (CETESB) agradeceu
342 pelo apoio que o sistema tem prestado à CETESB, para as atividades laboratoriais,
343 monitoramento e as de campo, em todas as redes que dispõe, desejando que
344 continuem colaborando com ações em prol dos recursos hídricos. Ester Feche
345 observou sobre a situação de alguns reservatórios como o Jurumirim, Chavantes,
346 Capivara e Mauá. A situação hoje é que todos estão, na média, com 14% de sua
347 capacidade e, em um contexto complexo que envolve os estados de São Paulo e
348 Paraná, há necessidade de diálogo para definição de competências na gestão dos
349 recursos hídricos entre a União e estes dois estados. O Secretário Executivo do
350 CRH ponderou que o diálogo com a Agência Nacional de Águas-ANA sempre é
351 importante e tem se mostrado produtivo, inclusive com a participação em salas
352 de crise, além de reuniões periódicas para emissão de recomendações acerca do
353 Paraíba do Sul e outras bacias com rios de domínio da União, enfatizando que a
354 Coordenadoria está atenta a esta questão. Anícia Aparecida Baptistello Pio
355 (FIESP) comentou sobre a necessidade da ANA, via demanda do CRH, estabelecer
356 níveis mínimos para a definição de criticidade em uma bacia, considerando a
357 delicada situação hídrica que estamos enfrentando há tempos. Rui Brasil
358 considerou que a situação extremamente relevante e de maior gravidade atual é
359 na bacia do Rio Paranapanema, sugerindo que a CTUM analisasse a questão para
360 apresentar eventual proposta de encaminhamento ao CRH. O Presidente
361 concordou com a demanda e pediu que fosse feito o encaminhamento à câmara
362 técnica mencionada, que deverá elaborar uma proposta para eventual envio à
363 ANA, durante o mês de janeiro de 2021, para que venha a ser deliberado pelo
364 CRH em sua reunião de fevereiro/2021. Após esclarecimentos prestados pelo Eng.
365 Denis Emanuel, Secretário Executivo do CBH-Paranapanema, o representante do
366 Presidente do CRH convidou para compor o grupo de trabalho na CTUM, os
367 membros do CBH-Paranapanema e demais representantes dos CBHs da vertente
368 paulista. Retomando o tema da execução do Plano 2016-19, Gilmar Ogawa
369 informou que a FAESP contribuiu com diversas ações, principalmente para
370 capacitação dos produtores rurais nas questões de outorga, como também para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

371 o plantio e recuperação de áreas degradadas, porém estas não estão
372 mencionadas no Plano. Foi esclarecido que as ações se referem ao período 2016-
373 19 e que por isso não se registrou ações da FAESP sobre os temas levantados por
374 Gilmar, constando apenas para o PERH no período 2020-2023. O Dr. Ivan
375 ressaltou a escassez de recursos para fazer frente a todas as demandas,
376 especialmente para questões relativas à qualidade das águas, uma vez que a
377 importância da cobrança pelo uso da água ainda é baixa em relação ao valor que
378 representa a água como força motriz de nossa economia, além de sua vital
379 importância tanto para o consumo humano quanto para a dessedentação de
380 animais. O Secretário Executivo do CRH disse que o tema está pautado para a
381 Câmara Técnica de Cobrança analisando, também, o princípio de progressividade.

382
383 **5.3. Deliberação CRH nº 244: Aprova a destinação de recursos advindos**
384 **das 4ª e 5ª Certificações do PROGESTÃO e dá outras providências.**

385
386 Por sugestão do Secretário Executivo do CRH, em face de questões de horário da
387 palestrante Luciana Ferreira-IG, a pauta foi invertida com a concordância dos
388 demais. Rui Brasil advertiu que em virtude do advento da já mencionada lei
389 17.293/20, está sendo proposta a destinação de recursos ainda neste exercício.
390 O Instituto Geológico apresentou proposta de empreendimento abordando a
391 questão da contaminação por nitrato nas águas do estado e, por isso, o valor
392 financeiro proveniente do PROGESTÃO referente às 4ª e 5ª Certificações do Ciclo
393 I, bem como parte dos rendimentos existentes na conta do Programa, totalizando
394 a importância de R\$ 1.500.000,00, serão transferidos ao IG para que possa por
395 em marcha o empreendimento denominado "Estudos de detalhe sobre a
396 contaminação por nitrato nas águas subterrâneas em cidades prioritárias do oeste
397 paulista abastecidas pelo Sistema Aquífero Bauru". Luciana Martin Rodrigues
398 Ferreira (Instituto Geológico) apresentou o estudo informando, em síntese, que
399 o nitrato é um contaminante comum nas águas subterrâneas, sobretudo no
400 aquífero Bauru e no afloramento do aquífero Guarani. Já foram realizados
401 diversos estudos, publicações e ações sequenciadas, não só pelo Instituto
402 Geológico, como pela Câmara Técnica das Águas Subterrâneas, identificando, por
403 dados indiretos, 21 municípios que apresentaram valores elevados de
404 concentração do contaminante, sendo que 9 deles estão com valores de nitrato
405 acima do padrão de potabilidade. O presente projeto pretende detalhar os dados
406 nestes municípios, com trabalho em campo e coleta de amostras, propondo ações
407 ainda mais específicas e detalhadas para a gestão, proteção e prevenção dos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

408 problemas nestas águas subterrâneas. Mateus Simonato, representante da ABGE,
409 congratulou-se com a equipe do IG e demais membros pela condução deste
410 projeto diante de sua importância na gestão das águas subterrâneas no setor
411 oeste do nosso estado. Ao final, a deliberação foi aprovada por unanimidade pelos
412 presentes.

413
414 **5.4. Deliberação CRH nº 243: Aprova o Plano de Ação e o Programa de**
415 **Investimentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) referente**
416 **ao período 2020-2023.**

417
418 Rui Brasil informou que esta deliberação sintetiza os investimentos que constam
419 no PERH 2020-2023, já apresentado na data de hoje. Desde o Plano 2012-2015
420 foram feitas pactuações sobre as ações indicadas pelas entidades, conforme
421 constam em seus PPAs, contando com a participação de representantes da
422 sociedade civil, para posteriormente se fazer o acompanhamento destas
423 execuções através do Relatório de Situação. Em seu anexo, estão os oitos
424 programas bem como os subprogramas, além de seus respectivos detalhamentos
425 quanto ao montante investido dentro de cada PDC. Rui Brasil, a título
426 exemplificativo, mencionou que onde se tem a estimativa de maior investimento
427 é no campo da Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas (MQA), além do
428 Aproveitamento dos Recursos Hídricos (ARH). Ao final, a deliberação foi aprovada
429 por unanimidade.

430
431 **5.5. Deliberação CRH nº 245: Referenda os programas quadrienais de**
432 **investimento para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos**
433 **recursos hídricos para os anos 2020 a 2023.**

434
435 Rui Brasil informou que na última reunião do CRH, em 01/12/2020, este tema
436 estava em pauta, mas foi retirado haja vista que alguns CBHs estavam ainda
437 aprovando a revisão dos seus Planos de Ação e de Investimentos para o período
438 compreendido entre 2020-2023, para que pudessem vir a ser referendados pelo
439 CRH. Por ser apenas um planejamento, os comitês possuem a liberdade de
440 adequar a realidade de seus investimentos conforme a situação exigir em um
441 dado momento. Em 2020, Rui Brasil ponderou que houve uma previsão de
442 investimentos na casa dos R\$ 306 milhões de reais, diante de um excedente de
443 recursos, inclusive provenientes da cobrança, especialmente advindos do CBH-
444 AT referente a anos anteriores. Todos estes recursos foram devidamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

445 aplicados, quase que em sua integralidade, neste ano. A partir de 2021, estima-
446 se que esteja disponível para aplicação algo por volta dos R\$ 150 milhões de reais
447 anuais. Ao final, a deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

448

449 **ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO.**

450

451 O Dr. Ivan Carneiro reforçou a solicitação da Dra. Alexandra Faccioli (Ministério
452 Público) quando, na realização da reunião do CRH em 01 de dezembro de 2020,
453 solicitou que houvesse um maior número de reuniões do Conselho em 2021, por
454 meio virtual, uma vez que vem sendo bem avaliado por aqueles que o utilizam
455 neste período de pandemia. Dr. Ivan elogiou a forma democrática da condução
456 das reuniões no CRH. Rui Brasil referiu-se ao pedido de mais encontros proposto
457 pela Dra. Alexandra e comunicou que o assunto já está sendo analisado junto ao
458 Dr. Santoro para que esta solicitação seja atendida. Quanto às reuniões virtuais,
459 ressaltou a importância desta ferramenta na realização de encontros à distancia
460 e, em virtude de sua ampla aceitação, ela deverá ser usada mais frequentemente
461 em encontros futuros. Cláudio Bedran solicitou informações sobre o
462 encaminhamento, conforme expressou na reunião anterior, referente às questões
463 de abastecimento de água e do saneamento, e quanto à estação de tratamento
464 de esgoto-ETE no município de Jaboticabal. Rui Brasil comunicou que a CETESB
465 emitiu relatório e a Informação Técnica foi enviada para o Conselheiro Bedran. A
466 seguir, o conselheiro Cláudio Bedran solicitou, como fizera anteriormente,
467 emissão de Diploma como forma de agradecimento pelos serviços prestados, ao
468 final de cada gestão, para os Conselheiros do CRH. Rui Brasil se posicionou,
469 observando que a atual gestão dos Conselheiros está em andamento e que por
470 isso não seria possível atender a este pedido no presente momento. Adriana
471 Menezes (FAESP) corroborou com o pedido do Dr. Ivan e também solicitou para
472 que fossem feitas mais reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao
473 longo do próximo ano. A seguir, Jefferson Nascimento de Oliveira (UNESP)
474 comunicou que a UNESP em 2021 abrirá inscrições para o ProfÁGUA,
475 desenvolvido pela ANA, mestrado profissional de gestão e regulação de recursos
476 hídricos, ofertando 14 vagas para São Paulo na UNESP de Ilha Solteira. Mateus
477 Simonato (ABGE) também relatou o êxito das reuniões virtuais, solicitou,
478 igualmente, a realização de maior número de reuniões e que o modelo de
479 reuniões virtuais seja adotado permanentemente, estendendo-se às Câmaras
480 Técnicas. Desejou a todos um feliz natal e esperançoso 2021. Antônio Cezar Leal
481 (UNESP) concordou com o êxito das reuniões virtuais, inclusive, para amenizar



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

482 as grandes distâncias até a capital, e colocou à disposição a UNESP para auxiliar
483 no desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do CRH. Tendo sido cumprida a
484 pauta e não havendo mais itens a serem discutidos, Luiz Ricardo Santoro,
485 Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA,
486 agradeceu a todos, e ressaltou que é vital, no CRH, que todos os integrantes do
487 estado, dos municípios e da sociedade civil participem de forma ampla e
488 democrática na troca de informações. Considerou, também, que mais reuniões
489 deverão ser realizadas em 2021 e, posteriormente, concordou na importância do
490 uso de ferramentas tecnológicas para se fazerem reuniões não presenciais.
491 Finalizando sua participação, desejou um feliz natal e um feliz ano novo a todos.
492 Esta Ata é resumo dos registros das notas taquigráficas desta reunião Ordinária.

493

494

495

496 **Marcos Rodrigues Penido**

497 Presidente do CRH

498

499

500

501 **Rui Brasil Assis**

502 Secretário Executivo do CRH